

ESTEREÓTIPOS E FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA: O PROFESSOR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Jociane Oliveira Martins¹
Lilian Pereira Menenguci²

Resumo

O presente artigo abordou, ainda que brevemente, bibliografias que trazem luz a compreensão dos contextos históricos, sociais, ideológicos e políticos e/ou educacionais, em que se solidificaram as bases e alicerces do racismo no Brasil. A partir da elucidação desses fenômenos, trilhou-se um caminho de investigação literária e de indicadores sociais que ajudaram a compreender o alto índice de evasão e mesmo de reprovação escolar de crianças negras na rede pública de ensino, bem como, menor desempenho escolar em relação a crianças não negras. E por fim, buscou-se identificar possibilidades de atuação do professor como intermediador no processo de desconstrução estigmas racistas e sentimentos autodepreciativos, como práticas pedagógicas positivas com vistas a ensinar que a diferença e diversidade são enriquecedoras e não sinônimo de desigualdades.

Palavras-chave: Educação. Criança negra. Estereótipo. Autoestima.

¹ Graduanda em Pedagogia da Rede de Ensino Doctum, Unidade Serra(ES). E-mail: jociane.oliveiramartins@gmail.com

² Professora Orientadora da Rede de Ensino Doctum, Unidade Serra(ES). E-mail: lilianmenenguci@gmail.com

1 Introdução

Antes de abordar propriamente, as questões educacionais que dialogam como a formação de crianças negras, é preciso conhecer alguns dados importantes sobre as condições de vida da população negra no Brasil, nos dias atuais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos, sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras.

De acordo com o Atlas da Violência (2017) a população negra também corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

No Atlas da Violência 2019, verifica-se a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, definidos como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Esses dados podem ser ainda mais díspares quando considerada as diferenças nos cenários estaduais e regionais no país. Desigualdade que também pode ser verificada a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. A desigualdade racial pode ser vista também quando verificada a proporção de mulheres negras entre as

vítimas da violência letal, em número geral 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017.

O release publicado em 2019 pela Agência de Notícias do IBGE, elaborado a partir do estudo “*Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*” analisa os dados das desigualdades entre brancos e pretos ou pardos, nos aspectos do trabalho, da distribuição de renda, da moradia, da educação, da violência e da representação política. Nesse, foi possível verificar a enorme disparidade no acesso à garantia da universalidade das políticas públicas no Brasil. A análise desses documentos foi imprescindível para melhor elucidar a hipótese formulada neste estudo.

Por essa razão, ele se ocupa de discutir os estereótipos e formação da identidade da criança negra observando, então, o professor como agente de transformação. Para isso, lança mão de um estudo de natureza bibliográfica no qual se utiliza referências de publicações de artigos, livros e documentos relacionados ao tema.

2 Aspectos históricos e ideológicos

Dentre as definições encontradas no Dicionário Online de Português DICIO, para a palavra *racismo*, pode-se verificar: “preconceito e discriminação direcionados a quem possui uma raça ou etnia diferente, geralmente se refere à segregação racial”; “comportamento hostil dirigido às pessoas ou aos grupos sociais que pertencem a outras raças e/ou etnias”; “reunião dos conceitos que afirma existir uma hierarquia entre etnias e/ou raças”; “sistema doutrinário ou político que estabelece a exaltação de uma raça, em detrimento das demais”; “sistema que afirma a superioridade de um grupo racial relativamente aos outros, preconizando, em particular, o isolamento destes no interior de um país (segregação racial) ou até visando o extermínio de uma minoria: o racismo anti-semita dos nazistas”.

Antes de pensar numa definição pré-estabelecida, torna-se imperioso consultar ao menos uma das teorias utilizadas para sustentar a naturalização das diferenças entre os povos.

Nesse sentido, o artigo *“a superioridade racial em Immanuel Kant: as justificações da dominação europeia e suas implicações na América Latina”* (2015) de Ricardo Jozepavicius Gonçalves é uma importante contribuição. O autor apresenta a ideia kantiana de uma desigualdade “natural” entre os homens e discorre sobre o método que considera inerente à própria natureza para atingir o desenvolvimento de todas as faculdades do ser humano.

O autor aborda a concepção de conflito, que na teoria apresentada, consiste em instrumento da própria natureza para a evolução da espécie. Essa ideia é apresentada como a “sociabilidade insociável” inerente ao ser humano. Assim, para alcançar evoluir seria um processo de passagem do homem selvagem para o homem civilizado, “moldando as outras civilizações à imagem dos europeus que, em seu entendimento e dos relatos sobre as outras civilizações, teriam alcançado a maior evolução entre todas as elas” (GONÇALVES, 2015, pag. 183).

Este estudo não tem a pretensão de avaliar o mérito da teoria. Até porque, ela foi produzida em outro momento histórico, sob ponto de vista europeu. Mas sim como a filosofia kantiana foi usada no discurso dos impérios europeus dominantes, para reafirmar a naturalização das diferenças entre os povos e justificar a dominação e exploração dos continentes colonizados.

É importante ressaltar, novamente e com vigor, que Kant não era um racista desvairado, a importância de estudar a teoria sobre as diferenças raciais do filósofo e suas teses sobre superioridade racial não se encontra de forma alguma em responder se o filósofo era um racista ou não. O pensamento de Kant sobre as raças é importante porque fortaleceu o ideal racial dos interesses dos impérios dominantes da época, em um momento em que começavam a aparecer literaturas que se opunham a essa dominação. O fundamental é saber sobre o interesse que teve a filosofia moderna pelo uso desse conceito de raça, ou pela instrumentalização dessas teorias que os grandes impérios mundiais utilizaram durante o século XVIII e em diante. (Gonçalves, 2015, pag. 193)

O que se pretende, na verdade, é demonstrar como a naturalização das diferenças entre os povos, foi amplamente difundida nos países europeus, e serviu para destituir o negro de toda sua humanidade, com bem retrata Munanga.

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração,

predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro tornou-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p. 96)

Essa desfiguração da personalidade moral e intelectual do povo negro, como vimos, serviu para justificar sua exploração, e se articulou posteriormente com o fenômeno que conhecemos como diáspora africana, que consistiu na imigração forçada de africanos durante o período do tráfico negreiro.

Estima-se que no período de meados do século XVI até o ano de 1850, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil.

Compreende-se que a diáspora africana foi um processo que envolveu migração forçada, mas também redefinição identitária, uma vez que estes povos (*balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubas*), provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique, entre outros, apesar do contexto de escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver, possibilitando a existência de sociedades afro-diaspóricas como Brasil, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, Porto Rico, República Dominicana, Bahamas, entre outras[...]. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2019).

O povo negro escravizado e seus descendentes foram se tornando brasileiros, aprenderam a língua e passaram a seguir os padrões culturais que lhes eram impostos. Isso porque “para impor sua hegemonia política e social, os colonizadores tinham de manter o domínio ideológico, cultural, religioso e sobretudo linguístico”. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 24)

A escravidão negra durou três séculos no Brasil, “findada em tese”, em 1888, por meio da Lei Áurea. No entanto, o estado se eximiu de qualquer responsabilidade para com o povo negro, agora “liberto”. Sem acesso à educação, a saúde, a terra.

Para Ribeiro “a historiografia da educação mais tradicional sofre do que se pode chamar de “racismo historiográfico”, porque, quando aborda os negros nos seus processos de aquisição de conhecimento, o faz de forma estigmatizada e pejorativa” (RIBEIRO, 2016. *apud*, REIS, 2010).

A autora, afirma que existem publicações que tratam da presença de negros em espaços educacionais, no entanto, “essa produção é dispersa e não consegue modificar os padrões de análises da historiografia que, na maioria das vezes, constroem suas interpretações sem levar em conta aspectos ligados à raça e sem considerar a população negra como um dos sujeitos ligados ao processo de constituição da sociedade brasileira” (RIBEIRO, *apud*, FONSECA 2007a, p. 43-44).

3 O livro didático e os estereótipos

Segundo Munanga (2008, p 12), “deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares”.

A ausência de referências positivas, na história do povo negro traz prejuízos na construção da sua identidade, do autorreconhecimento, do sentimento de pertencimento, de valor social. Isso afeta sobremaneira a construção da autoestima.

Do ponto de vista do autor, educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana.

Como escreveu o historiador Joseph Kizerbo, “um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante” (MIRANDA, 2019, *apud*. KIZERBO, 1970). As consequências dessa construção invisibilizada da história do negro, é uma afronta a suas contribuições na construção da identidade brasileira, por meio da linguagem, da cultura, da arte, da religião, dentre tantos outros aspectos.

Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura brasileira é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

A lógica da razão que deve predominar nos processos formativos e informativos, não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro na nossa sociedade.

Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo.

Para Silva (2008), o livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros.

Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura. A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média.

De acordo com Silva (2008, p. 19, *apud* SILVA, 1989, p.57), “ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático estaria expandindo a ideologia do branqueamento”.

Com o advento da Lei nº 10.639/03, que estabelece obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", no currículo oficial da Rede de Ensino, ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais uma questão de sensibilidade do professor com o tema.

Esse ensino é uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar e toda sociedade. O objetivo principal para inserção da Lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes,

posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns o que garante respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

4 O professor como agente de transformação

Sobre as implicações educacionais, Vigotski afirma que os conceitos iniciais que foram construídos na criança ao longo da sua vida no contexto do seu ambiente social, “são agora deslocados para o novo processo, para relação especialmente cognitiva com o mundo, e assim nesse processo os conceitos da criança são transformados e sua estrutura muda” (VIGOTSK, in: JOHN-STEINER, SCRIBNER, SOUBERMAN, 2010, p. 163).

Nesse sentido, a criança internaliza os meios de adaptação social disponível a através dos signos, expande os limites do seu entendimento através da integração de símbolos socialmente elaborados, tais como valores, e crenças, conhecimento cumulativos de sua cultura e conceitos científicos da realidade.

Se por um lado, verificamos que a interação social é capaz reelaborar os conceitos produzidos pela criança em sua interação inicial no núcleo familiar, sendo a escola um espaço privilegiado para tal, por outro, é ainda um espaço carente de discussões reflexivas sobre a temática racial, e em muitos aprofunda conflitos.

Em contraponto ao que se verifica, ainda nos dias de hoje, em espaços escolares é que se propôs discutir a atuação docente e a emergente a necessidade de apropriação de conceitos e valores que privilegiem o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que contribuam para corrigir ideias racistas disseminadas no âmbito escolar, a fim de que o profissional da educação tenha condições de ensinar que a diferença e diversidade são enriquecedoras e não sinônimo de desigualdades.

Para Silva (2008), a invisibilidade dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos através de estereótipos, os conduz, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, o que resultaria na rejeição e negação dos seus valores culturais e em detrimento da estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações.

A autora imputa aos professores, a atribuição de contemplar as diferenças culturais na sua prática pedagógica, paradoxalmente afirma que poderiam estes ter internalizado o senso comum da desigualdade das diferenças culturais e não evidenciar na sua prática pedagógica essa ação. Nesse sentido, afirma que cabe uma formação específica para o professor de Ensino Fundamental, com o objetivo de fundamentá-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.

Além de abordar as implicações dos estereótipos racistas no livro didático, a autora propõe aos professores, atividades que “evidenciem a cor negra associada a algo positivo, como ébano, ônix, jabuticaba, café, petróleo, azeviche, etc., concorrem para justapor à representação negativa uma outra positiva” (SILVA, 2008, pag. 23).

Os cabelos crespos das crianças afrodescendentes são identificados como cabelo “ruim”, antes no seu seio familiar, que viveram com a experiência e internalizaram o estereótipo, e, na escola, pelos colegas de classe, que atribui diversas formas e apelidos pejorativos ao cabelo crespo.

Desse modo, a autora propõe “trabalhar a razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como tratá-los, realizar concursos de penteados afros, trazer trançadeiras para trançar na sala de aula, são algumas atividades que podem desconstruir a negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos” (SILVA, 2008, pag. 25).

Em relação às abordagens na literatura infantil, em que geralmente os negros aparecem vinculados a escravidão e personagens subalterno, Lima propõe uma leitura crítica acerca do tema com estímulo a discussão sobre as causas das situações em que os personagens se encontram.

Para a autora “o problema não está em contar histórias de escravos, mas na abordagem que é dada ao tema”. Porém, salienta a importância de se reportar aos casos, como estudos que auxiliem a percepção sobre as crenças e valores embutidos na cultura literária a respeito da população negra (LIMA, 2008, pag. 100).

5 Considerações finais

A partir da leitura de vários estudos publicados, é possível concluir que o racismo no Brasil foi constituído e consolidado pela ação/omissão do Estado, e é portanto, dever do Estado pautar-se em políticas públicas capazes de promover a igualdade racial em todos os aspectos, sejam eles, educacionais, sociais, culturais, religiosos, entre outros

No campo educacional, é importante evidenciar que a escola é Estado, e a atuação do professor, a instrumentalização do direito ao acesso à educação. Logo, o professor deve pautar-se em práticas pedagógicas que contribuam para a desconstrução do racismo e na promoção da educação para a diversidade.

Sem a pretensão de isentar o professor da sua responsabilidade, sabe-se, que a formação pedagógica inicial, em muitos, não dá conta de formar profissionais aptos a contemplar as diferenças culturais nas suas práticas. Paralelo a isso, o livro didático se apresenta muitas vezes como única ferramenta ofertada como material para condução dos conteúdos programáticos. Desse modo, os livros didáticos e literários devem ser, por seu próprio conteúdo, transformadores.

Apesar da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" ter sido promulgada em 2003, os indicadores sociais do

IBGE, no Senso Escolar 2018, apontam que dos 2,6 milhões de estudantes de ensino fundamental ou médio que reprovaram de ano em 2018, 48,41% são negros (pretos ou pardos). Segundo estudo promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o número de reprovados neste grupo é duas vezes maior que o de brancos, somando, em 2018, mais de 1,2 milhão de estudantes reprovados.

Corrobora-se nesse estudo, com a constatação de Munanga (2008), quando afirma que mesmo quando não é considerado o impacto da situação socioeconômica dos pais dos alunos, a questão da memória coletiva apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares”.

Aos professores cabe reconhecer e assumir seu importante papel de mediador no processo de formativo do educando, que não deve se restringir ao papel de transmissor de conhecimento por meio de conteúdos. Mas mediar os conflitos que existem nas relações, produzidos a partir da vivência e experiência de cada um de forma solidária e sensível. Ensiná-los a reinterpretar seus valores, sua visão de mundo, de sociedade e principalmente de si mesmos.

Referências

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

COPETTI, Edilene dos Santos. *Preconceito Racial e Currículo: da escravidão aos maléficis resultados*. 6º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense.

CARBONI, Florence e MAESTRI, Mario: *A linguagem escravizada: Língua, História e Poder*. REA. 2003.

Diáspora africana, você sabe o que é? Fundação Palmares, fevereiro, 2019.
Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>

DICIO, Dicionário Online de Português
Disponível em: <https://www.dicio.com.br/racismo/>

MIRANDA, Monica Regina. *Reflexões sobre a aplicação da Lei 10.639/03 em escolas da zona oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense*. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, V. 05, ed. especial, 2019, artigo nº 1550.

MUNANGA, K. (Org.) *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2ª edição 2008.

LIMA, Heloisa Pires, *Personagens Negros: um breve perfil na literatura Infanto-juvenil*. in: *Superando o Racismo na Escola*. Brasília - DF Ministério da Educação, p. 97-112, 2008.

Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. Agência de Notícias IBGE, Brasília, 11 novembro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>

RODRIGUES, Guimes Filho, BERNARDES, Vânia Aparecida Martins e Bernardes João Gabriel. (Org.). *Educação para as relações raciais: Outras perspectivas para o Brasil*

SILVA, Paulo Vinícius B. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Brasil: lugares de negros e brancos na mídia*. In: VAN DIJK, Teun A. (Org.) *Racismo e discurso na América*. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Ana Célia. *A desconstrução da discriminação no livro didático*. In: *Superando o Racismo na Escola*, Brasília - DF, p. 17-30, 2008

RIBEIRO, Cristiane Maria. *A escolarização da população negra e a história da educação de Goiás*. Poíesis Pedagógica, Catalão GO, v.14, n.1, p. 49-63, 2016

VIGOTSK, L.S. *A formação social da mente*. in: COLE, Michael, JOHN-STEINER, Vera, SCRIBNER, Sylvia, SOUBERMAN, Ellen. Martins Fontes, São Paulo, 2010.